

Senado discute formas de interiorizar desenvolvimento

Comissão faz primeira reunião de trabalho destinada a preparar a participação brasileira na conferência da ONU sobre Assentamentos Humanos, Habitat 2, na Turquia



Sob a presidência do senador Beni Veras, a Comissão de Assuntos Sociais realizou ontem audiência pública para instruir a vo-

tação do substitutivo do senador Valmir Campelo ao projeto de lei que regulamenta o exercício da acupuntura. Pág. 8

Dutra quer sustar decreto sobre greve no serviço público

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) requereu ontem a inclusão na ordem do dia do projeto de decreto legislativo, de sua autoria, que susta decreto do Poder Executivo sobre procedimentos em casos de paralisações no serviço público federal. Apresentado em maio de 1995, o projeto não foi examinado pela CCJ, e, pelo Regimento, pode ser levado diretamente à votação em plenário.

Para o senador, o decreto do Executivo é "flagrantemente anticonstitucional", pois "só lei complementar regulamentar o direito de greve, nunca um decreto presidencial".

Darcy Ribeiro ganha prêmio interamericano de educação

A senadora Júnia Marise (MG), líder do PDT, e o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) homenagearam ontem, em plenário, o senador Darcy Ribeiro por ter sido escolhido, na terça-feira, pela Organização dos Estados Interamericanos para receber o Prêmio Interamericano de Educação Andrés Bello.

Para Júnia Marise, o prêmio é o reconhecimento pelo trabalho criativo do senador em prol da educação. Lembrou que, além de ex-ministro da



Darcy Ribeiro

Educação, Darcy Ribeiro criou a Universidade de Brasília, a Universidade Nacional da Costa Rica e a Universidade do Norte Fluminense.

Homenagearam Darcy, em apertes, os senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Humberto Lucena (PMDB-PB), Ademir Andrade (PSB-PA) e José Eduardo Dutra (PT-SE). Ao agradecer, Darcy Ribeiro creditou o prêmio ao trabalho nas universidades estrangeiras, em seus 12 anos de exílio durante o regime militar.

A interiorização do desenvolvimento no Brasil, que já tem 75% da população morando em áreas urbanas, foi a proposta defendida ontem na primeira reunião da comissão especial do Senado responsável pela participação brasileira na conferência da ONU, Habitat 2.

O presidente da comissão, senador Coutinho Jorge (PSDB-PA), quer levar à conferência sobre assentamentos humanos, a ser realizada na Turquia, um plano de ação para até o ano 2000.

O relator, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), defendeu a criação de incentivos para que os brasileiros não deixem o interior.

Durante a reunião, a secretária de Política Urbana, Maria Emília Rocha Mello, expôs o programa de eixos de desenvolvimento, do Ministério do Planejamento. **Página 5.**

Júnia alerta para prejuízos causados por megaprojetos

A senadora Júnia Marise alertou ontem para as consequências negativas de grandes projetos hidrelétricos às populações. Ela citou o caso de 34 municípios mineiros que são atingidos pela poluição do lago de Furnas. **Pág. 4**

Senado aprova novos embaixadores

Irã, Catar, São Cristóvão e Nevis, Belize e Uganda receberão representantes brasileiros. Quatro emissoras de rádio tiveram concessões renovadas ontem



Projeto que cria zonas de livre comércio em Mato Grosso do Sul foi aprovado ontem pela CAE

CAE autoriza empréstimo da Finep de 9,9 milhões para Minas Gerais

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), presidida pelo senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), aprovou ontem solicitação do governo de Minas Gerais para contratar operação de crédito junto à Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), no valor de R\$ 9,9 milhões, destinados a apoiar o Programa de Modernização Administrativa do estado.

Na mesma reunião, foi apro-

vado projeto de resolução do senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) dispoendo sobre a exclusão, de valores relativos a garantias prestadas pelo estado, dos limites fixados para as operações de crédito realizadas sob a responsabilidade do governo de Tocantins. As duas proposições dependem ainda de deliberação do Plenário.

ZONA LIVRE

A comissão aprovou também

dois projetos de lei de autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) criando zonas de livre comércio nos municípios de Ponta Porã e Corumbá, no estado de Mato Grosso do Sul. Por terem sido votadas em forma de substitutos apresentados pelo relator, senador Lúdio Coelho (PSDB-MS), as duas proposições serão submetidas a novo turno de discussão na CAE.

O Senado aprovou ontem os nomes dos embaixadores Cláudio Luiz dos Santos Rocha, para o Irã, Cyro Gabriel do Espírito Santo Cardoso, para acumular a embaixada brasileira nos Emirados Árabes Unidos com a de Catar, e Carlos Alfredo Pinto da Silva, para exercer cumulativamente a função de embaixador em Barbados com a de São Cristóvão e Nevis. O embaixador Mário Augusto Santos acumulará a embaixada do Quênia com a de Uganda e Francisco de Paula Almeida Nogueira Junqueira representará o Brasil no México e em Belize.

MINISTRO CLASSISTA

O Senado aprovou também o nome de Alfredo Peres da Silva para o cargo de suplente de ministro classista temporário do Tribunal Superior do Trabalho.

Quatro emissoras de rádio tiveram sua concessão ou permissão renovadas. São as emissoras Cultura dos Inhamuns, de Tauá (CE), Educadora de Guajará-Mirim, da cidade do mesmo nome (RO), Real FM, de Cuiabá (MT), e Cultural Nossa Senhora da Guia, de Patos (PB).

Agenda do Dia

PRESIDÊNCIA Senador José Sarney

- 9h45** - Recebe os líderes do PT no Senado e Câmara dos Deputados
10h - Participa de reunião da Comissão Diretora
12h - Condecoração do Ministro da Cultura
14h30 - Preside Sessão Ordinária Deliberativa do Senado.

PLENÁRIO

- 14h30** - Sessão Ordinária Deliberativa do Senado
Pauta: *PLS nº 63/95, que estabelece a revisão obrigatória da declaração do Imposto sobre a Renda dos detentores de cargos eletivo ou diretivo na administração pública; e primeiro dia de discussão em segundo turno da *PEC nº 61/95, que permite a admissão de professores, técnicos e cientistas estrangeiros pelas universidades brasileiras e concede autonomia às instituições de pesquisa científica e tecnológica.

COMISSÕES

- 10h** - Comissão de Assuntos Econômicos
Pauta: Exposição, em reunião secreta, do presidente do Banco do Brasil, Paulo César Ximenes, acerca dos empréstimos concedidos com garantia de CDI (Certificados de Depósito Interbancário) por aquela

- instituição financeira. Local: Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.
10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Pauta: *PDL nº 34/93, que aprova o texto da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes; *PDL nº 189/95, que aprova o texto que autoriza os dependentes dos funcionários acreditados junto às missões diplomáticas e consulares de ambos os países a desempenharem trabalho remunerado, celebrado entre o Brasil e a Venezuela, em Caracas, em 29.06.94; *Mensagem nº 133/96, que submete à apreciação do Senado o nome do diplomata Mário Augusto dos Santos para, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil junto ao Quênia, exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Etiópia; *Requerimento nº 236/96, que solicita o encaminhamento ao governo da Bolívia de voto de louvor à Universidad del Valle (Univalle) por haver concedido o título de *doctor honoris causa* ao presidente do Senado Federal.
10h30 - Comissão de Assuntos Sociais
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 83/95 (terminativo), que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime geral da previdência social; *PLS nº 216/95 (terminativo), que dispõe sobre a mineração em terras indígenas; e *PLS nº 188/95 (terminativo), que cria a área de proteção ambiental do Delta do Parnaíba. Local: Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.

Suplicy quer que oposição convoque rede de TV

Projeto do senador paulista causa polêmica em plenário. Inspirado na legislação americana, assegura o contraditório às manifestações do Executivo em rede nacional de televisão



Romeu Tuma

Romeu Tuma registra data nacional da Síria

A comemoração ontem da data nacional da Síria foi lembrada em plenário pelo senador Romeu Tuma (SP), líder do PSL, que, ao discorrer sobre a história contemporânea daquele país, destacou a estabilidade político-econômica conseguida sob o comando do presidente Hafez Assad. Ele disse que Assad foi responsável pelo Movimento Corretivo ali ocorrido no início dos anos 70, abrindo caminho para a modernização do país.

Segundo o senador, obras gigantescas foram realizadas na República Síria, englobando todos os aspectos da vida de seu povo e dentro das possibilidades oferecidas pelas riquezas e recursos do país. "O homem foi a primeira importância colocada em mira. Para essa finalidade, o Estado determinou a obrigatoriedade do ensino primário gratuito em todas as etapas, além de elaborar legislações que colocaram a mulher trabalhadora síria em igualdade de condições com o homem", ressaltou.

Romeu Tuma lamentou que o desenvolvimento da Síria tenha sido ofuscado pelos constantes conflitos que assolam a região, mas observou que o país luta pelos seus direitos territoriais.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem projeto de lei que assegura à oposição, no Congresso Nacional, o direito de convocar rede nacional de rádio e televisão "toda vez que o Poder Executivo usar da prerrogativa". O projeto inspira-se na legislação americana. Segundo o senador, como os assinantes brasileiros de TV a cabo já puderam verificar, toda vez que o presidente Bill Clinton fala em cadeia nacional, em seguida o representante da oposição republicana pronuncia-se sobre o mesmo assunto, disse.

O projeto estabelece que a convocação de rede nacional pode ser feita pelo presidente da República, pelos presidentes da Câmara dos Deputados, do Senado Federal e do Supremo Tribunal Federal e pelo líder da oposição no Congresso, Ministros de Estado, autorizados pelo presidente, também poderão fazê-lo. No caso da oposição, ela poderá usar o



Suplicy: eco às falas governamentais

mesmo tempo e espaço, até dois dias após a rede convocada pelo Executivo, para falar sobre o mesmo assunto.

Na defesa de sua proposta, Suplicy ressaltou que ela abre a possibilidade do contraditório e traz a público "outra versão, faceta ou aspecto do que se está apresentando à nação como fato de relevante importância". Além disso, não dá à oposição o poder discricionário de convocação das redes, "mas sim de

utilizá-las como uma espécie de eco".

O senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) manifestou sua total discordância. "Não cabe ao Legislativo contestar o Executivo", disse ele. O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), por sua vez, afirmou que o Congresso já tem, pelo Código Nacional de Telecomunicações, a prerrogativa de convocar rede nacional de radio-

difusão. Alcântara disse ainda que "não há maioria e minoria bem definida no Congresso" e, sim, partidos de oposição e partidos que apoiam o governo. O senador Sebastião Rocha (PDT-AP), que elogiou o projeto de Suplicy, considerou que boa parte dos pronunciamentos oficiais tem sido "propaganda de conteúdo enganoso", como no caso da convocação de rede para explicar a reforma da Previdência.

Requião apóia ocupação de latifúndio no Paraná

Três mil famílias do Movimento dos Sem-Terra (MST), que às 6h30 de ontem ocuparam a Fazenda Giacometti, o maior latifúndio do estado do Paraná, receberam a solidariedade do senador Roberto Requião (PMDB-PR). A fazenda, propriedade de uma empresa madeireira de um grupo econômico gaúcho, está localizada no município de Rio Bonito do Iguaçú e possui 83 mil hectares, a maior parte na região de fronteira, informou o senador.

Segundo Requião, os títulos de propriedade da fazenda são questionáveis, sendo que, na década de 80, o Instituto de Terras e Cartogra-



Roberto Requião

fia do Paraná constatou que a empresa não possuía nenhuma documentação sobre 2.400 hectares. Além disso, na mesma época, o governo Figueiredo decretou a desapro-

priação do latifúndio, disse.

O senador afirmou que o assentamento das 3 mil famílias, que somam cerca de 10 mil pessoas, representará a criação de mais de 7 mil empregos diretos, bem mais que os 2 mil empregos gerados pelos altos investimentos para a instalação de uma montadora da Renault no estado.

Requião disse também que uma ponte ligando o Brasil e a Argentina, construída com recursos do governo paranaense e, há dois anos, sob jurisdição federal, até hoje não foi aberta ao tráfego por falta do necessário decreto presidencial de criação de uma administração aduaneira.

Júnia adverte para as graves conseqüências de megaprojetos

A senadora citou o caso do lago poluído de Furnas, que deteriora a qualidade de vida da população de 34 municípios em Minas



Joel de Hollanda

Hollanda defende pólo de gás em Pernambuco

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) defendeu ontem a construção de um pólo de derivados acéticos em Pernambuco, observando que o estado dispõe de gás natural suficiente para justificar o empreendimento. Conforme o senador, a participação daquele produto na geração de energia no Brasil é de apenas 3%, refletindo um desequilíbrio "tão antigo quanto inexplicável" em relação a países como, por exemplo, a Holanda, que utiliza um índice de 43%.

Para Joel de Hollanda, um fator de inibição ao uso do gás natural no país é a inexistência de infraestrutura adequada para o seu transporte. "Enquanto na Argentina existem mais de 7.000km de gasoduto, no Brasil a rede soma pouco mais de 2.500km", lamentou.

Lembrando que o Nordeste detém 50% da produção brasileira de gás natural, o senador pediu à Mesa que anexasse ao seu discurso documento elaborado pela Federação das Indústrias Químicas e Gases Industriais de Pernambuco (Siquimpe), "que demonstra a viabilidade do Pólo dos Derivados Acéticos a ser construído em Pernambuco".

Ao reportar-se aos problemas vividos pelos moradores dos municípios atingidos pelo lago de Furnas, a senadora Júnia Marise (PDT-MG) afirmou ontem que o governo federal e as empresas encarregadas de implantar os grandes projetos hidrelétricos precisam urgentemente refletir sobre as graves conseqüências sociais e econômicas desses megaprojetos.

Júnia afirmou que até o momento as empresas responsáveis pela implantação desses megaprojetos têm sido incapazes de assumir os custos sociais decorrentes de sua ação: "Elas não compensam as chamadas externalidades negativas que produzem para as populações", disse.

Com base em ofício que recebeu de associação que reúne os 34 municípios afetados por Furnas, a senadora destacou que o lago está poluído por resíduos sanitários e industriais, lançados diretamente no reservatório sem qualquer tratamento técnico, o que representa um perigoso foco de enfermidades para essas populações, que não mais dispõem de água limpa e de boa qualidade.

- O meu estado de Minas Gerais exporta energia limpa e barata para outras regiões do Brasil e, ao invés de receber uma merecida compensação por essa externalidade positiva para o desenvolvimento de outras regiões, recebe, em troca, poluição e desorganização de suas atividades econômicas - afirmou.



Júnia Marise cobrou maior responsabilidade social

Furnas deixa expulsos sem opção

Júnia Marise disse que o mais grave de todo esse quadro é a situação de penúria das populações que foram expulsas de suas terras em decorrência do represamento das águas que formam o lago de Furnas. De acordo com a senadora, as indenizações pagas aos moradores da área inundada foram irregulares, de valor abaixo do mercado, não permitindo que essas pessoas, humildes agricultores, conseguissem recomençar suas atividades em outras localidades.

Para Júnia Marise, o de-

semprego, a favelização, o subemprego, a degradação ambiental e os desajustamentos sociais, pessoais e familiares não são considerados pelos grandes projetos de usinas hidrelétricas. Lembrou que na construção de Itaipu 42 mil pessoas deixaram suas terras; em Sobradinho, foram expulsas aproximadamente 70 mil pessoas. Ela disse que o Plano 2010 da Eletrobrás expulsará cerca de 300 mil pessoas de suas terras, "o que significa uma verdadeira tragédia humana para essas famílias".

Lucena lamenta morte de empresário na PB

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) lamentou a morte, ocorrida no último dia 1º, do empresário paraibano Basileu Costa Gomes, aos 97 anos. Ele foi presidente do Lloyd Brasileiro, diretor do Banco Moreira Salles (hoje Unibanco), implantou e

dirigiu a Refinaria União (SP) e fundou a primeira financeira do país - a Credibrás. "Foi um vitorioso nas suas iniciativas empresariais e só não galgou as mais altas funções na vida pública porque nunca aceitou a idéia de ser um político militante", afirmou.

Maior rigor contra agressão ao meio ambiente

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), aprovou ontem projeto de lei dispendo sobre sanções penais e administrativas a responsáveis por condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. A proposição foi aprovada na forma de substitutivo apresentado pelo relator, senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

De acordo com o projeto, as penas poderão ser aumentadas até o dobro, e seu cumprimento poderá ocorrer mediante a prestação de serviços à comunidade.

Foram também aprovados pela CCJ projeto de lei de autoria do senador João França (PMDB-RR) que institui o estatuto dos garimpeiros, matéria relatada pelo senador Esperidião Amin (PPB-SC); e a indicação do nome de Ricardo Augusto Oberlander, feita pela Presidência da República, para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de suplente de ministro classista temporário. As matérias aprovadas ontem pela CCJ vão ao exame do Plenário.

DEBATE

Longo debate foi provocado por requerimento do presidente do TST solicitando, na condição de autor da proposição, a retirada de projeto de lei que redefine as jurisdições de Juntas de Conciliação e Julgamento.

No final, prevaleceu o ponto de vista do senador Josaphat Marinho (PFL-BA) no sentido de ser encaminhada à Presidência do Senado a sugestão de que seja suspensa a tramitação da matéria até que, em prazo determinado, o TST faça as modificações que julgar necessárias.



A comissão especial do Senado para a Habitat 2 faz sua primeira reunião de trabalho

Senadores querem levar o progresso ao interior do país

Membros da comissão da Habitat 2 defendem contenção do êxodo rural. Coutinho lembra que 75% dos brasileiros vivem nas cidades

A necessidade de uma política em favor da interiorização do desenvolvimento, com a contenção do êxodo rural, foi a principal preocupação manifestada pelos senadores, ontem, na primeira reunião de trabalho da comissão da Habitat 2.

A comissão, presidida pelo senador Coutinho Jorge (PSDB-PA), destina-se a acompanhar propostas, teses e procedimentos necessários à participação do Brasil na Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos - Habitat 2, a realizar-se em Istambul, na Turquia.

Coutinho Jorge lembrou, ao

abrir a reunião, que 75% da população brasileira vivem em áreas urbanas. Além do Comitê Nacional, criado pelo presidente Fernando Henrique, para preparar a participação do Brasil no evento, o senador enfatizou a necessidade de um plano de ação para até o ano 2000.

Os senadores ouviram, na reunião, as exposições da secretária de Política Urbana do Ministério do Planejamento, Maria Emília Rocha Mello, e da conselheira do Ministério das Relações Exteriores, Marcela Nicodemus.

No início dos debates, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) se disse apreensivo com o fenô-

meno mundial do esvaziamento do campo e do inchaço das cidades, e defendeu um programa "para segurar o cidadão lá no interior".

O relator da comissão, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), sustentou que seria necessária a criação de "diques" para evitar o deslocamento do homem do campo para os grandes centros. Maldaner acha que o governo deveria criar incentivos para que os brasileiros fiquem no interior. O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) disse que a interiorização do desenvolvimento resultará em melhor qualidade de vida da população.

Programas visam reduzir migração

O programa de eixos de desenvolvimento pretende dotar cinco regiões do país de base econômica a fim de reduzir a migração da população para áreas mais densas e economicamente ocupadas, segundo informou a secretária de Política Urbana, Maria Emília Rocha Mello.

A secretária abordou também o programa de auxílio financeiro aos municípios de fronteira, para a fixação

do homem na terra. Ela considerou imprescindível a participação do Senado na preparação do Brasil para a conferência.

Já a conselheira Marcela Nicodemus elogiou a participação do Congresso "para ajudar o governo na formulação da posição do país e na implementação dos compromissos".

Marcela Nicodemus informou que a Agenda Habitat, documento da conferência a

ser adotado por todos os países por consenso, contém um diagnóstico da situação no mundo, os princípios e objetivos do encontro, os compromissos para superação das dificuldades na área de desenvolvimento urbano e um plano de ação global. Informou também que haverá, como segmentos paralelos na conferência, vários fóruns: parlamentar, empresarial, de líderes espirituais, sindical e de instituições acadêmicas.

Privatização da Vale traz Itamar ao Senado

Situação da CVRD foi o principal tema do encontro de José Sarney com o embaixador do Brasil em Lisboa, Itamar Franco, contrário à privatização da companhia

A situação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi o principal tema do encontro do presidente do Senado, José Sarney, com o embaixador do Brasil em Lisboa, Itamar Franco, ambos defensores da não-privatização da empresa. Sarney disse que dentro de duas semanas o plenário do Senado votará o projeto do senador José Eduardo Dutra que submete à deliberação da Casa a inclusão da CVRD entre as estatais privatizáveis.

- O importante é a formação de uma consciência nacional de que a Vale não é apenas uma companhia, e sim uma agência de desenvolvimento, com presença em todo o país, e vital para o desenvolvimento do Norte e do Nordeste, e também de Minas Gerais - afirmou Sarney.

Segundo revelou o senador, a reunião com Itamar, sendo encontro de dois ex-presidentes da República, incluiu reflexões conjuntas sobre o país e um exame da conjuntura. Ele garantiu, porém, que não se tratou de candidaturas, porque colocar o assunto em discus-

são agora seria contraproducente.

- Não tratamos de qualquer candidatura, porque isso não seria bom para o país. O mandato do presidente da República está apenas começando - assinalou.

CONVOCAÇÃO

Indagado sobre a possibilidade de convocação extraordinária do Congresso em julho próximo, o presidente do Senado disse que ela poderá ocorrer, "se for necessário para apressar a votação das reformas", e que caberá ao presidente da República tomar a iniciativa, pois "é ele quem sabe do ritmo que deseja imprimir às reformas".

Sarney contestou versões de

Pelé vem discutir lei do passe

Logo após falar à imprensa, o presidente do Senado recebeu em audiência o ministro extraordinário dos Esportes, Edson Arantes do Nascimento, que veio conversar sobre a nova lei do passe.

O ministro disse que comunicou a Sarney sua satisfação pelo fato de que o

assunto esteja merecendo uma discussão ampla em todo o país, e escusou-se de opinar sobre as possibilidades da reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso:

- O mais importante agora são as reformas, é encontrarmos soluções para o país - afirmou.

que a não-votação da pauta de ontem do Congresso Nacional tivesse como causa a falta de quórum, ou ainda uma reação à concessão de liminar judicial suspendendo a votação da

reforma da Previdência. Segundo esclareceu, a votação foi transferida para a semana que vem visando dar às lideranças tempo para finalizar acordo em torno de matérias em pauta.

Recursos do Funcafé para Rondônia

O senador Odacir Soares (PFL-RO) informou ter solicitado à ministra Dorothea Werneck, da Indústria, do Comércio e do Turismo, a apresentação no Conselho Monetário Nacional de voto favorável à utilização de recursos do Funcafé para o programa de expansão da cafeicultura de Rondônia - o "Plante Café".

Como explicou, o "Plante Café" tem por objetivo aumentar o volume de produção de café beneficiado em 1,5 milhão de sacas, o que elevará a renda do setor em R\$ 150 milhões e propiciará uma arrecadação suplementar de ICMS de R\$ 25,5 milhões.

Odacir Soares disse que Rondônia, quarto produtor nacional de café, tem condições de alcançar uma produção de 3,5 milhões de sacas no ano 2000 com o programa de recuperação e expansão dos seus cafezais. Esse



Odacir: mercado favorece incremento da produção

incremento, a seu ver, é oportuno diante da situação do mercado internacional. Na opinião do senador, após os níveis mais baixos de preço, atingidos em 1992, têm-se, hoje, "as melhores expectativas de preços mais altos para o café, nos próximos anos".

Um dos principais motivos para essas expectativas, afirmou Odacir, foi a política defendida pelo ex-ministro da Indústria e atual ministro da Agricultura e da Reforma Agrária, José Eduardo Andrade Vieira, "notável negociador e estimulador da retenção de estoques".

Britto faz visita de cortesia

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o governador do Rio Grande do Sul, Antonio Britto. À saída, Britto afirmou que o encontro foi apenas "uma visita de cortesia", não tendo sido tratados temas políticos ou administrativos. José Sarney recebeu também as representantes - rainha e princesas - da V Festa Nacional do Chimarrão, programada para o período de 3 a 12 de maio próximo, em Venâncio Aires (RS).

Alcântara: falta de política prejudica a pesca

Segundo senador, pescador artesanal permanece desorganizado e desassistido. Especulação imobiliária e ocupação desenfreada do litoral acabam com as suas comunidades

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou ontem que a ausência, desde meados de 1984, de uma política nacional da pesca tem provocado vários problemas para o setor, pela falta de fomento à pesquisa, extensão e linhas de crédito. Ele denunciou também a pesca predatória da lagosta em vários estados do Nordeste.

Segundo o senador, o pescador artesanal permanece desorganizado e desassistido: "Menos de 10% do seu universo - estimado em 700 mil no Brasil - contribuem para a Previdência Social e são amparados pela lei do seguro-desemprego nos períodos de defeso. Além disso, a especulação imobiliária e



Lúcio Alcântara

a ocupação desenfreada do litoral brasileiro estão acabando com as comunidades pesqueiras, afastando os pescadores de suas áreas de pesca", disse ele. Lúcio Alcântara entende que

para se reverter esse quadro, retomando o crescimento do setor, é preciso reordenar as ações de pesca e aquicultura, com a participação efetiva do governo e do setor produtivo, redefinindo-se a competência de cada um, no sentido de evitar desperdícios de recursos.

O senador disse que a questão da lagosta vem sendo discutida no Comitê de Pesca do Estado do Ceará. Entre as medidas propostas, para serem implementadas no período de 10 anos, no estado, ele destacou o reordenamento da pesca da lagosta; o estabelecimento de um sistema de fiscalização; a manutenção do tamanho mínimo de captura da lagosta e

da proibição da pesca de mergulho com compressor.

Segundo Lúcio Alcântara, é necessário criar linhas específicas para aquisição de materiais de pesca, inclusive para incentivar a substituição dos atuais compressores usados na pesca da lagosta, com ênfase para as áreas do litoral.

O senador defendeu ainda a adoção de linha de crédito para reforma e modernização dos barcos de médio e pequeno portes; redução do ICMS do óleo diesel e derivados, utilizados em embarcações pesqueiras; e criação de postos regionais para processamento de lagosta por cooperativas de pescadores.

Lançada nova versão do CD-ROM com toda a legislação

O presidente do Senado, José Sarney, lançou ontem a nova versão do CD-Rom *Legislação Brasileira*, que coloca à disposição do público um meio moderno e ágil de consulta a todas as leis federais e às informações jurídicas contidas na Bibliografia Brasileira de Direito (BBD), inclusive monografias e artigos publicados em jornais.

O primeiro-secretário da Casa, senador Odacir Soares (PFL-RO), apresentou a nova versão, elaborada em trabalho conjunto das Subsecretarias de Análise e de Biblioteca e da Secretaria de Documentação e Informação com o Centro de Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen). Odacir afirmou que a iniciativa obedecia às diretrizes do Senado de franquear o acesso às informações legislativas a toda



Demonstração do novo programa colocado à disposição do público

a sociedade brasileira, além de enquadrar-se dentro da política de modernização e austeridade que caracteriza a atual Mesa Diretora.

O CD-Rom contém o texto integral da Constituição, das leis complementares, ordinárias e delegadas, das medidas provisórias e das resoluções do Senado que entraram em vigor de 1º de janeiro de 1988 a 31 de dezembro de 1995. Outras 129.565 referências a normas jurídicas, como leis, decretos-leis e decretos, de 1946 a 1995, estão elencadas no CD-Rom, e

mais 51.555 indicações da BBD, contendo referências bibliográficas de monografias e artigos de periódicos editados a partir de 1980, inclusive o Caderno de Direito e Justiça do *Correio Brasileiro*.

O usuário dispõe também do texto integral da CLT, Lei Orgânica dos Partidos, Lei do Inquilinato, Lei dos Estrangeiros, Estatutos da Terra e do Índio, e os Códigos de Processo Civil, Tributário Nacional, Eleitoral e de Defesa do Consumidor.

Ademir homenageia instituto que forma professores no Pará

O senador Ademir Andrade (PA), líder do PSB, homenageou ontem o Instituto Estadual de Educação do Pará (IEP), que está comemorando 125 anos de fundação.



Ademir

Ademir destacou a tradição da instituição, surgida em 1871 por ato do então governador Visconde de Souza Franco, com a finalidade de formar professores para o ensino primário público.

Durante todo esse tempo a escola continua sendo um marco no ensino paraense, disse o senador, que congratulou os mais de 600 professores formados em 1995 pelo instituto.

Ademir Andrade pediu à Mesa do Senado que comunicasse à diretora do IEP, professora Simone Paris Monteiro, a homenagem por ele prestada em plenário.

Exercício da acupuntura gera debate

Especialistas divergem sobre regulamentação profissional, em audiência pública promovida pela Comissão de Assuntos Sociais para instruir substitutivo de Valmir Campelo



Mauro Benevides: homenagem prestigiada

Retrato de Benevides vai para a galeria

Com a presença do ex-presidente da República e ex-senador Itamar Franco, do presidente do Supremo Tribunal Federal, Sepúlveda Pertence, do ministro da Justiça, Nelson Jobim, e de outras autoridades, além de senadores e deputados, foi inaugurado ontem, na galeria dos antigos presidentes do Senado Federal, o retrato do ex-senador Mauro Benevides.

O presidente do Senado, José Sarney, afirmou que o comparecimento de tantas figuras expressivas à solenidade demonstra o alto prestígio e apreço conquistado por Benevides ao longo de sua vida pública, "marcada pela grande responsabilidade no exercício das funções alcançadas, e pelo profundo respeito ao país e ao Ceará, seu estado natal".

Ao agradecer as homenagens, Benevides lembrou

momentos importantes de sua carreira política, como participação na luta pela redemocratização do país, "empunhando a grande bandeira da normalização política e institucional", e a elaboração da Constituição de 88, da qual foi o segundo signatário, após Ulysses Guimarães. Ressaltou também sua satisfação em ver a continuidade das diretrizes por ele adotadas ao presidir o Senado no biênio 1991-1992. "Nosso grande desafio foi fazer com que o Senado saísse de uma estrutura obsoleta para caminhar rumo à modernização", assinalou.

O ex-senador registrou, com emoção, a presença à solenidade de sua esposa, filhos e netos, e de uma delegação de amigos e correligionários do Ceará, chefiada pelo prefeito de Fortaleza, Antonio Cambraia.

A Comissão de Assuntos Sociais do Senado, presidida pelo senador Beni Veras (PSDB-CE), promoveu ontem audiência pública para instruir a votação do substitutivo do senador Valmir Campelo (PTB-DF) ao projeto de lei oriundo da Câmara dos Deputados que regulamenta o exercício profissional da acupuntura. Participaram da reunião os presidentes do Conselho Federal de Medicina, Valmir Mesquita, e da Associação Brasileira de Acupuntura, Evaldo Martins Leite, que sustentaram pontos de vista divergentes sobre a regulamentação.

O médico Valmir Mesquita afirmou que somente o profissional graduado em Medicina, Veterinária ou Odontologia pode exercer a acupuntura. Ele disse ser indispensável que o acupunturista tenha conhecimento de anatomia, fisiologia e fisiopatologia, o que só é conseguido, como frisou, passando pelo banco de uma universidade tradicional.

O representante da classe médica disse que, ao contrário, o substitutivo contempla o livre exercício da profissão. Mesquita disse que a aprovação do substitutivo traria consequências trágicas.

Já o presidente da Associação Brasileira de Acupuntura, Evaldo Martins Leite, defendeu integralmente o substitutivo de Valmir Campelo,

alegando que a acupuntura praticada exclusivamente por médicos não atende à população brasileira, que, segundo disse, é constituída em grande parte por miseráveis.

Evaldo Martins criticou a "pressão corporativista" que, segundo afirmou, a classe médica vem desenvolvendo para desprestigiar o acupunturista, "negando até o direito adquirido daqueles que exercem, há tempos, a milenar profissão".

O relator da matéria, Valmir Campelo, reconheceu que a audiência acrescentou subsídios para aperfeiçoar seu substitutivo. "O plenário é sábio e terá autonomia para decidir favoravelmente ou não pela regulamentação da profissão de acupunturista", afirmou.

Benedita da Silva (PT-RJ), autora do requerimento da audiência pública, manifestou contentamento pelo resultado da reunião, destacando que seu objetivo foi o de desenvolver esforço conjunto para tratar de um projeto polêmico.

Já Marina Silva (PT-AC) afirmou que os debates vão servir para o livre convencimento do voto dos senadores. Também participaram da reunião os senadores Carlos Wilson (PSDB-PE), Nabor Júnior (PMDB-AC), Osmar Dias (PR) e José Alves (PFL-SE).

Valmir reconhece que discussão permite melhorar sua proposta

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho

2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares

2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias

4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

■ Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia ■ Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal

Diretor da Secretaria de Comunicação Social—Fernando Cesar Mesquita

Diretor da Subsecretaria de Divulgação—Helival Rios ■ Coordenador de

Jornalismo—Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa—José do Carmo Andrade

■ Editores—Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso

Diagramação—Sergio Silva e Wesley Carvalho ■ Fotos—Célio Azevedo, Márcia Kalume

e Adão Nascimento ■ Revisão—Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral

■ Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal